

Segunda-Feira, 11 de Maio de 2026

Deputados gastaram mais de R\$ 2,5 milhões com contratação de segurança privada

COTA PARLAMENTAR

Metrópoles

Os deputados federais da atual legislatura gastaram R\$ 2.585.482,53 na contratação de serviços de segurança privada. O dinheiro público foi repassado às empresas por meio de cota parlamentar durante o período de janeiro de 2023 a outubro de 2024. As informações fazem parte de um levantamento realizado com base nos valores do portal de dados abertos da Câmara dos Deputados.

A cota para o exercício da atividade parlamentar é um benefício mensal concedido a deputados e senadores para despesas do exercício do mandato. Em relação aos serviços de segurança, 68 deputados fizeram uso do dinheiro em gastos que vão desde vigilância e guarda presencial até sistemas de monitoramento.

Quando o recorte é feito com base nos gastos por partido, há ocorrências em siglas de todos os espectros políticos. O Partido dos Trabalhadores (PT), legenda que mais gastou, solicitou R\$ 557.993,28 para custear a segurança privada de seus deputados federais. Logo depois, aparecem os parlamentares do PP (R\$ 553.149,24); PL (385.949,23); União Brasil (R\$ 320.955,22) e PSol (R\$ 285.475,00).

Gastos por estado

Parlamentares do Piauí foram os que mais usam a cota para esse fim, ao registrarem o total de R\$ 756.858,35. Em seguida, estão os deputados de São Paulo, que gastaram R\$ 507.544,46 com serviços de segurança. Em terceiro lugar, aparecem os políticos de Pernambuco, com R\$ 217.800,00.

Os 10 estados com mais gastos foram:

- * Piauí – R\$ 756.858,35
- * São Paulo – R\$ 507.544,46
- * Pernambuco – R\$ 217.800,00
- * Maranhão – R\$ 195.717,00
- * Paraná – R\$ 185.362,76
- * Roraima – R\$ 122.400,00
- * Rio Grande do Sul – R\$ 109.112,14
- * Bahia – R\$ 83.800,00
- * Paraíba – R\$ 82.917,69
- * Rio de Janeiro – R\$ 81.065,25

Não houve gastos do tipo entre deputados do Distrito Federal e dos estados de Alagoas, Acre, Amazonas, Espírito Santo, Pará, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Cota parlamentar

Criada em 2009, a cota para o exercício da atividade parlamentar é um benefício mensal destinado aos parlamentares para custear despesas típicas do exercício do mandato. O valor pode ser gasto com as seguintes despesas:

- * Aluguel de escritório de apoio ao mandato no estado;
- * Assinatura de publicação;
- * Telefonia e serviços postais;
- * Passagens aéreas, terrestres, marítimas ou fluviais;
- * Combustíveis e lubrificantes;
- * Hospedagem (exceto parlamentar do DF);
- * Locação ou fretamento de aeronaves, automóveis ou embarcações, serviços de táxi, pedágio ou estacionamento;
- * Segurança prestada por empresa especializada;
- * Serviços de consultoria e trabalhos técnicos;
- * Divulgação de atividade parlamentar (exceto nos 120 anteriores à eleição);
- * Participação em cursos e palestras;
- * Complementação do auxílio-moradia.

O valor da cota é estipulado conforme o preço de passagens aéreas e os custos para deslocamento entre Brasília e a capital do estado pelo qual o deputado foi eleito. Por isso, o montante liberado mensalmente é diferente para cada unidade federativa.